

Divisão de Compras e Licitações - Contrato n

INSTRUMENTO CONTRATUAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, COM FORNECIMENTO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS COM ACESSIBILIDADE PARA ATENDER NO CATS, QUE CELEBRAM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA E A EMPRESA COSTA VALE TRANSPORTE LTDA.

CONTRATO N°. 099/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 1733/2023 EDITAL N°. 0084/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0035/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº. 46.643.474/0001-52, Inscrição Estadual isenta, com sede nesta cidade, na Rua Humaitá, 20, Centro, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, Sr. VICTOR DE CASSIO MIRANDA, brasileiro, solteiro, Administrador de Empresas, portador da cédula de identidade nº. 28.111.766-4 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob n°. 251.880.488-92, residente na Avenida Dr. Lincoln Feliciano da Silva – Paraibuna/SP.

CONTRATADA: COSTA VALE TRANSPORTE LTDA, com sede na Avenida Manoel Inácio Carvalho, 790, Caracol, Paraibuna/SP, CEP 12.260-000, inscrita no CNPJ nº. 23.388.558/0001-91, neste ato representada por seu Proprietário, Sr. PAULO AUGUSTO GABRIEL STABILE DA COSTA, brasileiro, solteiro, Empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº.41.754.308-6 - SSP/SP, inscrito no CPF sob nº. 408.084.108-65, residente e domiciliado na Avenida Central Sul, 03, Vila Camargo, Paraibuna/SP, CEP 12.260-000.

As partes acima identificadas têm entre si justo o presente contrato compreendendo o objeto do Edital nº. 0084/2023, nos termos da proposta constante do processo de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº. 0035/2023 – Processo Administrativo nº. 1733/2023, ao qual se acha vinculado e nos termos da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 3717, de 30 de junho de 2021, aplicando-se subsidiariamente a lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, Lei Complementar 123/2006, Decreto Federal 10.024/2019; Lei Municipal Complementar 0032 de 29 de junho de 2011, tem certo e ajustado o que se segue.







Divisão de Compras e Licitações - Contrato nº. 099/2023

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente processo tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, COM FORNECIMENTO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS COM ACESSIBILIDADE PARA ATENDER NO CATS, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital nº. 0084/2023 e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

PARAGRAFO SEGUNDO: O preço adjudicado poderá ser corrigido anualmente, ou seja, observado o intervalo mínimo de 12 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, utilizando a variação do IPCA/FIPE.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor total do presente contrato é de R\$ 524.400,00 (quinhentos e vinte e quatro mil e quatrocentos reais), conforme proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, como segue:

Item	Descrição do material / serviço	Quant.	Unid.	Valor por item	Valor total por item
1	Serviço de Locação de 01 (um) veículo com acessibilidade com capacidade de 10 lugares contando com o motorista e monitor, sendo 06 assentos para ocupantes sentados e 03 cadeirantes, para transporte de Atendidos aos Portadores de necessidades especiais de Paraibuna (CATS). <u>Itinerário:</u> Escola Irmã Zoé, B. São Germano - B. Colinas - Vila Camargo - Centro - CATS B. Comércio.	30.000	КМ	R\$ 8,69	R\$ 260.700,00
2	Serviço de Locação de 01 (um) veículo com acessibilidade com capacidade de 10 lugares contando com o motorista e monitor, sendo 06 assentos para ocupantes sentados e 03 cadeirantes, para transporte de Atendidos aos Portadores de necessidades especiais de Paraibuna (CATS). <u>Itinerário:</u> Escola Irmã Zoé - Centro - B. são Geraldo - B. Comércio Km 46 - CATS B. Comércio.	30.000	км	R\$ 8,79	R\$ 263.700,00
	Valor Tota			R\$ 524.400,00	

PARÁGRAFO SEGUNDO - Este contrato fica vinculado ao Pregão Eletrônico nº. 0035/2023, referente ao Processo Licitatório nº. 1733/2023, bem como seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DAS RESPONSABILIDADES





Divisão de Compras e Licitações - Contrato nº. 099

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA compromete-se a manter, durante a vigência do presente contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Após a assinatura do instrumento contratual, a CONTRATADA compromete-se:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fornecer o veículo com motorista e monitor (respeitando as legislações trabalhistas vigentes), combustível, pedágio, pneus em excelente estado e todas as outras necessidades e itens para rodar, sem prejuízo a qualquer linha, por falta de algum desses itens.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fornecer um contato do motorista do dia para eventualidades no sentido de necessitar entrar em contato com ele.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se responsabilizar pela guarda adequada dos veículos, bem como pela manutenção/reparos nos mesmos.

PARÁGRAFO QUARTO - Atender prontamente qualquer reclamação, exigência ou observações realizadas pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUINTO - Comunicar à Contratada, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, como a devida comprovação/justificativa.

PARÁGRAFO SEXTO - Em caso de substituição do veículo, a empresa contratada obrigase a informar a fiscal do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

PARÁGRAFO NONO - Deverá possuir garagem para limpeza, higienização e manutenção.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº. 8.666/93.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Toda responsabilidade sobre os motoristas e monitor deverá ser da empresa contratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Todo combustível é de responsabilidade da empresa contratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários.

A ROMAN





Divisão de Compras e Licitações — Contrato nº 099/2023

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕS DA CONTRATANTE

Para o fiel cumprimento do objeto desta contratação, a CONTRATANTE se compromete

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência constante no processo licitatório.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.

PARÁGRAFO QUARTO - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os recursos financeiros para realização do objeto desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício corrente e consignadas em compatibilidade no exercício subsequente:

Fonte de Recurso: 01 Tesouro

02.05.01 – Fundo Municipal de Assistência Social 08.244.0006.2020 – Manutenção Ações Desenv. ao F.M.A.S. 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA OITAVA – DA ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Ordem de Execução de Serviços dos itens que compõe o objeto desta contratação, serão expedidas pelo Departamento Municipal de Assistência Social, em conformidade com o presente contrato a ser firmado entre as partes, o qual terá validade da proposta ofertada, contados da sua formalização.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Ordem de Execução de Serviços poderá ser entregue por qualquer meio que possibilite a comprovação de seu recebimento.

CLÁUSULA NONA - DO FORNECIMENTO







Divisão de Compras e Licitações - Contrato 11º, 099/2023

Os serviços serão iniciados nos termos da expedição da Ordem de Execução de Serviços emitida pelo Diretor do Departamento Municipal de Assistência Social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os serviços poderão ser rejeitas no todo ou em parte quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência relacionado e na proposta ofertada, a contar da notificação a CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A execução, bem como a interrupção ou rescisão dos serviços, responsabilidades e penalidades, oriundas da presente contratação regemse pelas normas previstas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O serviço prestado não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Os serviços serão considerados recebidos desde que aceitos pela Contratante, após averiguação do atendimento das especificações técnicas indicadas.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA será a única responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, comerciais ou tributários de qualquer natureza gerados, bem como pela integridade dos itens fornecidos e pelos servidores que admitir, e também por quaisquer sinistros, danos, perdas ou prejuízos que por sua ação, omissão ou negligência der causa.

PARÁGRAFO SEXTO - Não será admitida, sob hipótese alguma, a substituição do contratado ou a subcontratação do objeto desta contratação, salvo quando expressamente autorizado pela Administração.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os veículos a serem utilizados na realização dos serviços licitados deverão obedecer rigorosamente e enquadrar-se completamente nas normas e condições estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro e correlatos.

PARÁGRAFO OITAVO - Será procedida quando for necessária, pela fiscal competente especialmente designado pela Prefeitura Municipal, a averiguação para constatação do estrito cumprimento do estabelecido neste item e, encontrando divergências ou irregularidades na execução dos serviços conforme ajustado, será feita a ressalva nos autos do processo, comprometendo-se a licitante vencedora a normalizar a situação apontada, dentro do prazo que lhe for estipulado, sob pena de rescisão imediata do respectivo termo de contrato, por culpa da licitante vencedora. A não apresentação do(s) veículo(s) para a averiguação, sem nenhuma justificativa, ensejará na rescisão do contrato.

PARÁGRAFO NONO - A licitante adjudicada, após a convocação, somente assinará o instrumento de contrato após cumprimento das exigências contidas no edital relacionado.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Quando solicitados, os veículos deverão estar à disposição do Departamento Municipal de Assistência Social em perfeitas condições





Divisão de Compras e Licitações Coniraio n

funcionamento e de uso, com documentação atualizada, emplacados, obedecendo as rotas estipuladas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os veículos devem ser colocados à disposição nos dias, horários e locais indicados nas solicitações pela Contratada e devem apresentar boa aparência visual e boas condições mecânicas e de higiene.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Os veículos requisitados deverão estar devidamente licenciados, equipados e totalmente regularizados, de forma a atender todas as exigências do Código de Trânsito Brasileiro; Os veículos deverão estar com toda a documentação regular.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Havendo a necessidade de promoção de ajustes nas rotas, seja para adequação de seu início ou fim, pontos de embarque e/ou desembarque, horários, suspensão dos serviços em períodos não letivos, tais como férias escolares, greve sou qualquer reforma ou qualquer outro fato que modifique a demanda atual, contrato poderá ser ajustado para melhor se adequar à demanda efetiva do Departamento Municipal de Assistência Social nos seus interesses. Neste caso, a empresa CONTRATADA será informada e havendo alteração do dimensionamento das rotas haverá o correspondente alinhamento contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Os horários de chegada e partida deverão ser rigorosamente obedecidos.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Toda e qualquer alteração do quadro de colaboradores deve ser informado ao Departamento Municipal de Assistência Social através da fiscal de contrato, com indicação dos dados dos novos empregados.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Caso os serviços sejam executados em desacordo com as especificações exigidas no Termo de Referência constante no processo licitatório ou verificada qualquer tipo de irregularidade, fica a licitante obrigada a efetuar as devidas correções e/ou substituições imediatamente, sem ônus para o município, e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei Federal N°. 10.520/2002 e Lei Federal N° 8.666/1993.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelo socorro mecânico com guincho, bem como pela manutenção preventiva e corretiva. Entende-se preventiva aquela constante no plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorram de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas e quaisquer outras despesas que, direta ou indiretamente, incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto do termo de referência, com todos os ônus e expensas da CONTRATADA, bem como prestar assistência 24 horas.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - As despesas referentes à substituição de veículos, inclusive com combustível utilizado para levar o veículo substituído até o local da substituição, correrão às expensas da CONTRATADA.







Divisão de Compras e Licitações - Contrata nº. 099/2023

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - A CONTRATADA deverá entregar e manter os veículos em perfeito estado de conservação, limpeza e segurança, devendo os mesmos estar em fiel obediência a Legislação de Trânsito (Lei n° 9.503/97, de 23.09.97) - Código de Trânsito Brasileiro, podendo a CONTRATANTE, sempre que julgar necessário e pertinente, exigir a imediata substituição daqueles veículos que não estejam nas condições ideais de trafegabilidade, sendo esta substituição por veículo de mesmas especificações e características ou de qualidade superior

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Poderá a CONTRATANTE, vistoriar o veículo antes da viagem, para averiguação das condições do mesmo.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Só serão aceitos veículos com fabricação máxima de 12 anos, a contar do momento da contratação.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - Em caso de avaria, acidente, ou manutenção corretiva, fica a empresa responsável pela substituição do veículo, de mesmas especificações e características ou de qualidade superior, obedecendo ao prazo de execução das rotas contratuais, não causando prejuízos e interrupção de aulas dos munícipes atendidos. Quando o veículo for para a manutenção preventiva (com a devida comunicação prévia, de até 03 dias antes da realização da manutenção preventiva, ao CONTRATANTE), a substituição deverá ser automática por um veículo com as mesmas características e especificações técnicas ou de qualidade superior.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - As manutenções preventivas ocorrerão periodicamente, em dias e horários a serem acordados entre as partes, enquanto as corretivas se darão sempre que solicitadas pelo CONTRATANTE, e quando houver a real necessidade verificada.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO - No caso de acidentes automobilísticos, incidentes, sinistros de um modo geral, roubos, furtos, ou qualquer outra ocorrência que venha a causar danos ao veículo locado, por culpa ou não da CONTRATADA, a CONTRATADA providenciará a devida comunicação para elaboração do Reaistro de Ocorrência. Sendo a remoção, despesa com guinchos, franquias de seguro, se for o caso, e outras despesas relativas aos veículos sinistrados de inteira responsabilidade da CONTRATADA. Caso seja verificada a culpa do condutor da CONTRATADA, a responsabilidade de pagamento da franquia será da mesma, assegurado o direito de regresso, nos limites dos termos da lei.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - A CONTRATADA se responsabilizará pela cobertura contra danos materiais e pessoais ocasionados a terceiros.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO - A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento das multas decorrentes de irregularidades do veículo, não acarretando em ônus para administração pública quaisquer multas e/ou infrações cometidas na prestação do serviço.



Divisão de Compras e Licitações - Cantrato nº. 099/2023

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO - Na apresentação dos veículos para fins de contratação poderá ser realizada vistoria técnica, por Comissão de Vistoria, que será composta por Servidores indicados pela Prefeitura Municipal da Estancia Turística de Paraibuna, sendo emitido o Laudo/Certificado de Vistoria (Anexo), onde serão registradas as condições de funcionamento e conservação dos veículos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO - Sempre que houver substituição do veículo, poderá ser realizada nova vistoria.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO - Os veículos deverão estar com toda a documentação regular, com a apresentação do comprovante de Registro de Licenciamento referente ao exercício corrente, comprovante de quitação do IPVA, cópias das apólices de seguro atualizadas, cópia do Certificado de Registro de Veículo - CRV e, bem como toda documentação prevista no Termo de Referência, apresentados à Prefeitura Municipal da Estancia Turística de Paraibuna em até 24 horas posteriores a substituição, contados da ciência da Fiscal e da Autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A execução do contrato será acompanhada, fiscalizada, recebida e atestada pela servidora Sra. GISLAINE SARA DE AZEVEDO, como representante da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraibuna.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como será responsável pelo recebimento do produto e encaminhamento da nota fiscal para a liquidação da despesa, atestando o cumprimento de todas as especificações exigidas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

PARÁGRAFO QUARTO - A licitante vencedora deverá indicar no ato da assinatura do Contrato preposto, aceito pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraibuna, para representá-la sempre que for necessário.

PARÁGRAFO QUINTO - A fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada inclusive perante terceiros por qualquer irregularidade ainda que resultante de imperfeições técnicas e nas ocorrências destas não implica corresponsabilidade da administração, ou de seus agentes, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666/93.









Divisão de Compras e Licitações - Contrato nº 099/2023

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA não poderá subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do presente contrato, sem a anuência da autoridade competente, manifestada após o reconhecimento da ocorrência de motivo justificado e formalizado, mediante o qual se mantenha a integral responsabilidade da mesma contratada pelo fornecimento satisfatório do objeto licitado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento pelo item que compõe o objeto desta contratação ocorrerá após empenho e consequente liquidação da despesa, em até 30 (trinta) dias da aceitação da competente nota fiscal de entrega do objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento será efetuado mensalmente em até 30 dias, da entrega da nota fiscal assinada no verso pelo responsável.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na ocorrência da rejeição de nota fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no segundo parágrafo deste item passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

PARÁGRAFO QUARTO - Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente na Prefeitura, tal prazo estender-se-á até o primeiro dia útil subsequente.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de inadimplemento da obrigação o valor da parcela em atraso será atualizado monetariamente pelo IPC - FIPE, incidente entre a data do inadimplemento e o efetivo pagamento.

PARÁGRAFO SEXTO - Para o fim de correção monetária, será considerada como data do vencimento o primeiro dia útil subsequente ao 30° (trigésimo) dia, contado da data da apresentação da Nota Fiscal ou de sua regularização, na forma do Parágrafo Terceiro.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A Contratante se reserva no direito de não efetuar o pagamento se o objeto ofertado não corresponde as especificações técnicas.

PARÁGRAFO OITAVO - Em caso de irregularidades do objeto ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir das correspondentes regularizações.

PARÁGRAFO NONO – Os arquivos na extensão ".xml" referente à Nota Fiscal Eletrônica deverão ser encaminhados para o e-mail: nfe@paraibuna.sp.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DO CRITÉRIO DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO







Divisão de Compras e Licitações - Contrato nº. 099/2023

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sancões:

- I Cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de multa de 10% (dez por cento) sobre o sobre o valor total da contratação;
- II Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Município e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município, pelo período de até 02 (dois) anos;
- III Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da empresa licitante vencedora, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:
- IV Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município;
- V Multa por dia de atraso para início do fornecimento: 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor do Contrato até o máximo de 15 (quinze) dias, após o que será considerada inexecução total.
- VI Multa pelo descumprimento de cláusula contratual, ou das disposições contidas no instrumento convocatório: 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato, por dia, até o máximo de 15 (quinze) dias, após o que será considerada inexecução total:
- VII Multa pelo não atendimento de eventuais exigências formuladas por responsável pelo recebimento dos produtos: 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste.
- VIII Multa por inexecução parcial do ajuste: 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada;
- IX Multa por inexecução total do ajuste: 7,5% (sete e meio por cento) sobre o valor do contrato:
 - X As sanções são independentes. A aplicação de uma não exclui a das outras;
- XI O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e em sendo possível, o





Divisão de Compras e Licitações - Contrato

valor devido será descontado da importância que ela tenha a receber da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraibuna.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora do contrato da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

PARÁGRAFO TERCEIRO - Declaração de inidoneidade enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração os prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de até 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO QUARTO - Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento.

PARÁGRAFO QUINTO - As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem motivos para a rescisão contratual as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão contratual poderá ser:

- Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93;
- Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação desde que haja conveniência para a Administração;
 - Judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sud rescisão pela Administração, sem prejuízos das sanções cabíveis.

PARÁGRAFO QUARTO - Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraibuna, os direitos elencados no artigo 80 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízos das sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMO – DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Licitador, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá anular ou revogar a qualquer





Divisão de Compras e Licitações - Contrato n

momento o presente procedimento, por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A anulação ou revogação do procedimento licitatório abrange à do instrumento contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Proponente não terá direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento do CONTRATADO: Edital de licitação Nº. 0084/2023 na modalidade Pregão Eletrônico Nº. 0035/2023 e seus anexos, proposta da proponente vencedora, atas da sessão de credenciamento e processamento do pregão, despacho da Pregoeira, homologação do processo licitatório e legislação pertinente à espécie.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Será incorporada a este Contrato, mediante alterações, qualquer modificação que venha a ser necessária durante a sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/1993, na Lei nº. 10.520/2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

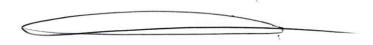
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica eleito o Foro da Comarca da Estância Turística de Paraibuna, para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente acordo, não se admitindo a sua substituição por nenhum outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente termo em 01 (uma) via para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Estância Turística de Paraibuna, 29 de novembro de 2023



Divisão de Compras e Licitações - Conhato nº. 099/2023



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA

Victor de Cassio Miranda Prefeito Municipal

COSTA VALETRANSPORTE LTDA

Paulo Augusta Gabriel Stabile da Costa Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂMCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA

Gislaine Sara de Azevedo Acompanhamento e Fiscalização







Divisão de Compras e Licitações - Contrato nº, 099/2023

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA/SP

CONTRATADA: COSTA VALE TRANSPORTE LTDA

CONTRATO N°.: 099/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, COM FORNECIMENTO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS COM ACESSIBILIDADE PARA ATENDER NO CATS.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1.Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº. 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº. 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela <u>contratante</u> e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº. 01/2020, conforme "Declaração (ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.





Divisão de Compras e Licitações - Contrato nº. 099/2023

2 Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso, e, de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e reaimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Estância Turística de Paraibuna, 29 de novembro de 2023.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Victor de Cassio Miranda

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 251.880.488-92

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA

DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nome: Victor de Cassio Miranda

Cargo: Prefeito Municipal

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

PELO CONTRATANTE:

CPF: 251.880.488-92

Nome: Victor de Cassio Miranda

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 251.880.488-92

Assinatura:





Divisão de Compras e Licitações - Contrato

PELA CONTRATADA:
Nome: Paulo Augusto Gabriel Stabile da Costa
Cargo: Proprietário
CPF: 408.084.108-65
Assinatura:
ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome: Leila Aparecida Lopes Sales Rangel
Cargo: Diretora de Administração e Finanças
CPF: 047.253.708-35
Assinatura:
GESTOR(ES) DO CONTRATO:
Nome: Gislaine Sara de Azevedo
Cargo: Assistente Social
CPF: 201.902.288-57
Assinatura:
V
DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):
Tipo de ato sob sua responsabilidade:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:





Divisão de Compras e Licitações Contrato nº

condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).





Divisão de Compras e Licitações Contrato

ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA/SP

CNPJ N°: 46.643.474/0001-52

CONTRATADA: COSTA VALE TRANSPORTE LTDA

CNPJ N°: 23.388.558/0001-91

CONTRATO N° (DE ORIGEM): 099/2023

DATA DA ASSINATURA: 29/11/2023

VIGÊNCIA: 29/11/2023 - 28/11/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, COM FORNECIMENTO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS COM ACESSIBILIDADE PARA ATENDER NO CATS.

VALOR (R\$): 524.400,00 (QUINHENTOS E VINTE E QUATRO MIL E QUATROCENTOS REAIS).

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;

b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;





Divisão de Compras e Licitações Contrato nº.

- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

LOCAL e DATA: Estância Turística de Paraibuna, 29 de novembro de 2023.

RESPONSÁVEL:

Nome: Gislaine Sara de Azevedo

Cargo: Assistente Social

E-mail: social@paraibuna.sp.gov.br

Assinatura: